

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS:

O Ecosistema Empreendedor nos Municípios Portugueses

Inês Subtil (1), Patrícia Jardim da Palma (2), Maria João Velez (3) & Sónia P. Gonçalves (4)

(1) Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; ines.subtil@iscsp.ulisboa.pt

(2) Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; ppalma@iscsp.ulisboa.pt

(3) Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; mvelez@iscsp.ulisboa.pt

(4) Centro de Administração e Políticas Públicas do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; spgoncalves@iscsp.ulisboa.pt

Palavras-chave: Criação de Negócios; Ecosistema Empreendedor; Empreendedorismo; Municípios Portugueses; Região; Políticas Públicas

Resumo

Este trabalho dedica-se ao estudo do ecossistema empreendedor nos municípios portugueses, enquadrado num projeto mais amplo sobre “Políticas Públicas de Criação de Negócios e Empreendedorismo nos Municípios Portugueses” que está a ser realizado no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP) do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa).

O empreendedorismo tem vindo a ser compreendido como um importante fator com potencial para o desenvolvimento económico e regional (Dejardin & Fritsch, 2011; OCDE, 2017). Neste sentido, tem sido notório o desenvolvimento de programas governamentais de incentivo, nomeadamente em Portugal, mas um pouco por toda a Europa e América do Norte (Palma, 2018). Com a intenção de avaliar estas e outras ações dedicadas ao empreendedorismo e à criação de um ecossistema favorável, ferramentas como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) (Bosma, et.al., 2020) têm sido fundamentais.

O poder local tem um papel significativo no incentivo à criação e desenvolvimento de negócios (Silva & Teixeira, 2012). Mais ainda com os fundos comunitários distribuídos pela União Europeia a implicarem o delineamento de planeamentos estratégicos regionais, o que tem atribuído às autarquias a responsabilidade de incentivar a criação de negócios. Tal implica a elaboração e implementação de políticas públicas para a aplicação dos incentivos numa lógica descentralizada, associada a práticas de qualificação da população e de fomento do empreendedorismo como opção de carreira (Palma, 2018; Palma, Lopes & Alves, 2018), tornando-se o empreendedorismo um importante promotor da empregabilidade (Parker, 2004; Naik, 2017). Porém, algumas das medidas implementadas

para promover o empreendedorismo tendem a não ter o impacto esperado, o que se espelha, nomeadamente, na morte prematura de empresas ou no insucesso empresarial da região. Diagnosticar estes processos ao nível do poder local, bem como procurar boas práticas, parece ser um trabalho de sistematização parcamente consolidado em Portugal.

Para o êxito do empreendedorismo em muito contribui o Estado, tanto ao nível da administração pública central, como ao nível local, enquanto garante das instituições (ex.: estruturas reguladoras, sistema financeiro, sistema educacional, infraestrutura social, quadro regulador das trocas comerciais, sistema judicial, entre outras) essenciais ao crescimento sustentável dos negócios recém-criados (North, 1990). O papel do Estado não se limita, contudo, às instituições, tendo os diferentes governos locais (Ribeiro, 2021) procurado implementar políticas públicas que visam estimular a atividade empreendedora numa dada região ou país (Pinto, Uyarra & Guerreiro, 2012; Stevenson & Lundström, 2001). Parte-se ainda do pressuposto de que a ação do Estado é assente na perspetiva da criação de melhorias na qualidade de vida dos cidadãos (Saravia, 2007). Assim, parece ser ainda relevante conhecer e avaliar o contexto para que a elaboração de políticas públicas vá ao encontro das necessidades dos empreendedores e de cada região. Isto significa que importa um olhar estratégico sobre diferentes intervenientes, aspetos e dinâmicas da região que têm influência direta e indireta no empreendedorismo – o ecossistema empreendedor (Stam & Ven, 2019).

A literatura sobre o ecossistema empreendedor reconhece os níveis Macro, Meso e Micro (Roudy, Bradshaw & Brockman, 2018) estruturados por dimensões de Políticas Públicas, Cultura, Mercado, Fundos e Financiamentos, Apoios, e Capital Humano, constituído por diferentes categorias (Isenberg, 2010, Stam, 2015, Ratten, 2020) que constituem o contexto e ambiente envolvente propício ao empreendedorismo.

Tendo este enquadramento teórico de base, a pergunta que orienta o presente trabalho é: como é que o ecossistema empreendedor local tem promovido o desenvolvimento de negócios? O objetivo do presente trabalho é fazer um diagnóstico ao ecossistema empreendedor dos municípios portugueses. Especificamente pretendemos fazer um levantamento, em cada município, das políticas direcionadas à criação e ao crescimento de negócios, dos principais recursos que tornam o município atrativo, das características do ecossistema empreendedor do município e da região, das principais áreas de atividade onde nascem negócios, do perfil dos empreendedores, e dos principais desafios e perspetivas futuras para o empreendedorismo na região.

Recorrendo a uma metodologia qualitativa foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo empreendedorismo de onze municípios portugueses, designadamente vereadores com o Pelouro do Empreendedorismo, Inovação, e Desenvolvimento Económico, Presidentes de Câmara, e Coordenadores de Programas Operacionais e das Divisões de Empreendedorismo dos municípios. As entrevistas sustentaram-se num guião construído com base na literatura e foram realizadas através de plataformas online, tendo sido gravadas, transcritas e sujeitas a análise de conteúdo com recurso ao software MAXQDA. Considerando a literatura sobre o ecossistema empreendedor e o objetivo definido para esta investigação, optou-se por utilizar a análise temática (Braun & Clarke, 2006) que permitiu investir no conhecimento aprofundado dos dados para a criação de códigos tendo por base as dimensões e categorias identificadas na literatura, mas também a identificação de novos temas que se revelaram em padrões de respostas durante as entrevistas. Dos resultados obtidos foi possível propor um modelo dedutivo. Este modelo valida as dimensões identificadas pela literatura, sendo complementado por novas dimensões que emergiram da análise das entrevistas,

nomeadamente o Território e seus Recursos Endógenos, evidenciando um maior enfoque nos recursos que tornam o município atrativo e nas características do ecossistema empreendedor. Às dimensões identificadas na literatura, propõem-se ainda considerar novas categorias que emergiram da análise. Importa que o novo modelo proposto seja validado nos restantes municípios portugueses, tornando-se pertinente a realização de investigação futura e, assim, a construção de um caminho de investigação consolidado sobre o empreendedorismo nos municípios portugueses. A presente investigação parece evidenciar a importância do ecossistema empreendedor para sustentar e criar uma envolvência que propicie a criação e crescimento de novos negócios, interpretado como fundamental para o desenvolvimento da região como um todo. Os resultados evidenciam ainda a existência de diferentes fases de maturidade do ecossistema e, nesse sentido, uma atenção especial à aplicação de políticas de incentivo ao empreendedorismo.

Este trabalho contribui, assim, para complementar a literatura existente, bem como para um conhecimento mais aprofundado sobre o ecossistema empreendedor dos municípios portugueses, com a intenção de auxiliar a elaboração de políticas públicas direcionadas para a criação e desenvolvimento de negócios a nível local.